

Crescimento do PIB X Crescimento da dívida pública

Em “Elementos para uma Estratégia de Retomada do Crescimento Sustentável e Inclusão Social” (*policy paper* do CEBRI, coordenado pelo André Lara Resende) é dito que “se os investimentos públicos tiverem retorno de produtividade e bem-estar e se garantirem uma taxa de crescimento da economia superior ao custo da dívida, podem ser financiados pelo crédito público. Não há risco de levar a uma trajetória insustentável da relação dívida/PIB... Os investimentos voltados para o ganho de produtividade, dentro de um programa estratégico de longo prazo, devem ter tratamento fiscal próprio, independente das restrições impostas sobre os gastos correntes do Estado”.

A tese foi debatida por integrantes do grupo Derrubando Muros. De um lado, esgrimiu-se o argumento de que gastos sociais e de infraestrutura têm alto efeito multiplicador de renda e impactos positivos sobre a arrecadação. E se o gasto for bem-feito, é possível ter uma melhora fiscal e crescimento. Desde, é claro, que o governo demonstre que sabe aumentar o gasto onde prioriza e cortar onde não prioriza. Do outro lado, apresentou-se a evidência histórica de que a taxa de juros para financiamento do Tesouro tem sido significativamente superior ao crescimento da economia. Portanto, viabilizar investimentos por meio do crescimento da dívida pública desembocaria inexoravelmente numa crise fiscal.

Desse debate concluiu-se que aumentar a dívida pública para realizar investimentos só se justificaria se fosse possível baixar os juros pagos pelo Tesouro e/ou melhorar significativamente a alocação dos recursos públicos. Sem ter a pretensão de dar resposta definitiva para essa questão, vamos tratar apenas da segunda alternativa.

Embora existam diversos lobbies atuando para viabilizar obras públicas na formulação de orçamentos das três esferas de governo, não há quem se preocupe em priorizar os investimentos - por exemplo, por meio da relação entre custo e benefício – tampouco em assegurar o correto funcionamento dessas instalações. Por isso, muitos projetos começam e jamais chegam a funcionar. Ou são concluídos mas têm performance aquém da almejada.

Empresas concessionárias de serviços públicos - saneamento, por exemplo - podem ser agentes de promoção de equidade social, criação de empregos e aumento de produtividade, desde que sejam submetidas a regras que as condicionem a atuar nesta direção. O desafio consiste em criar incentivos econômicos que as induzam a atender também os mais pobres, não porque tenham adquirido súbita consciência social, e sim porque persigam o lucro. O justo lucro pela correta prestação do serviço.

Proposta: redirecionar recursos públicos, usualmente destinados à construção de obras públicas, para o pagamento de serviços efetivamente prestados por infraestrutura construída/operada com capital e expertise do setor privado. Serviços que seriam selecionados por um processo político-econômico cujo objetivo seria a diminuição da desigualdade social.

Como o prestador de serviço não receberia nenhum centavo antes de estar plenamente operacional, teria que dispor de recursos financeiros próprios ou buscá-los no mercado. Nesta hipótese, poderia dar como garantia o fluxo de caixa de futuros pagamentos do Governo pelo serviço prestado, ao longo de diversos anos. Entretanto, como estes recebíveis encontrariam baixa receptividade por parte dos agentes financeiros, por risco de futuros contingenciamentos governamentais, seria preciso que o contrato entre Governo e o prestador de serviço fosse lastreado por sólida caução feita pela Administração Pública em algum fundo financeiro não controlado pelo Governo. Desta maneira, o Governo só contrataria o que efetivamente pudesse pagar e o prestador não correria riscos de variações de humores governamentais. O interesse do prestador de serviço seria o de minimizar o custo de implantação e abreviar o prazo de entrega da infraestrutura necessária para a prestação do serviço. Não o de maximizar e atrasar, como ocorre atualmente.

Pode parecer aos mais incrédulos que essa abordagem – pagar por resultados e não por promessas - seja boa ideia, mas desprovida de praticidade. Felizmente, é possível, sim, aumentar a eficácia do uso de recursos públicos por intermédio de corretos incentivos econômicos.

Por exemplo, a Agência Nacional de Águas e Saneamento – ANA lançou em seu primeiro ano de funcionamento (2001) um projeto piloto para pagamento por esgoto tratado. Não interessava qual o projeto de engenharia da Estação de Tratamento de Esgoto - ETE, quantos funcionários iriam operá-la, se havia ou não licença ambiental, alvará municipal ou autorização do Papa. Quando chegava a hora de mostrar resultados, o fiscal da ANA verificava apenas duas coisas: quanto esgoto in natura chegava à ETE e qual a concentração de poluentes. Se não chegasse suficiente esgoto - por exemplo, porque a rede de captação não ficou pronta - problema do prestador que ficava sem o subsídio. Deveria ter previsto que de nada adianta uma estação de tratamento se não houver uma rede de captação da “matéria prima”. Melhor para o Tesouro Nacional, para o qual retornava, sem possibilidade de recuperação, o pagamento glosado. Se o efluente apresentasse carga poluente acima da pactuada, pior para o prestador do serviço que deveria ter sido mais cuidadoso na seleção do processo de tratamento do efluente. E, novamente, melhor para o Tesouro Nacional.

Com o passar dos anos, o projeto piloto definiu porque, por óbvio, não servia a quem ganha com a má alocação dos escassos recursos públicos. Mas o conceito veio a ser adotado na Estratégia de Desenvolvimento do Setor Privado do Banco Mundial (2002) com o nome de “*Output Based Aid - OBA*”.

Jerson Kelman é engenheiro, ex-presidente da ANA e membro de Derrubando Muros

Publicado em Valor Econômico - 28/11/2022

Valor

é uma publicação da Editora Globo S/A
DIRETOR GERAL: Frederic Zoghbi Kachar
DIRETORA DE REDAÇÃO: Maria Fernanda Delmas
Principais editores do Grupo Globo: <http://globo.com.br>

Apesar do silêncio, Bolsonaro corre para nomear aliados

O silêncio de Jair Bolsonaro (PL) desde a derrota para o presidente eleito da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), tem gerado expectativas entre aliados e chamado a atenção da equipe de transição. Em mais uma eloquente entrevista, o vice-presidente Hamilton Mourão, por exemplo, argumentou que Bolsonaro saíra do pleito concluído no último fim de semana de outubro com um capital político de 58 milhões de votos e, portanto, estava mais do que apto a liderar a direita.

Para que isso ocorra, todavia, Mourão fez uma ponderação: o chefe do Poder Executivo teria que sair da reclusão autômata no Palácio da Alvorada e trabalhar politicamente. "O presidente Bolsonaro, quando emergir do retiro espiritual dele, vai compreender que ganhou esse capital. Acho que ele tem que se posicionar no espectro político, trabalhar politicamente. Vai ser a primeira vez desde 1989 que ele não tem mandato. São 33 anos, é uma vida. É ele entender que agora ele terá uma posição dentro do PL, de presidente de honra. Ou seja, aqui em Brasília, articulando, tem todo o capital para voltar muito bem em 2026. Desde que ele saia a explorar bem isso aí", declarou ao Valor Mourão, senador eleito pelo Rio Grande do Sul.

Diversos dias se passaram até que Bolsonaro, enfim, retomou as agendas públicas no sábado. Ele deslocou-se da capital federal até Resende, no Rio de Janeiro, onde participou da "Cerimônia do Apiciantado 2022" na Academia das Agulhas Negras (AMAN). Mas não discursou. Isso não quer dizer, contudo, que não esteja atuando, nos bastidores, para ter aliados em cadeiras de destaque durante o período em que irá ficar na oposição.

Em alguns casos, inclusive, as nomeações poderão ajudá-lo a se proteger de futuros problemas judiciais. Dois exemplos: as nomeações do ministro da Secretaria de Governo, Célio Faria Junior, e do chefe de sua assessoria especial, João Henrique Nascimento de Freitas, para a Comissão de Ética Pública. Este é o colegiado que trata de conflitos de interesse no primeiro escalão do governo, o qual tem ainda outros cinco nomeados por Bolsonaro. Todos eles com mandatos de três anos, cujas indicações não

são submetidas à apreciação do Congresso e só podem ser alteradas por renúncia.

Existem, contudo, outros pontos de atenção. Na semana passada, o plenário do Senado aprovou as indicações de 25 autoridades: 13 embaixadores, 7 diretores de agências reguladoras e 5 indicados para conselhos ou tribunais superiores. Entre estes, dois nomes para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e um para o Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Quanto aos órgãos reguladores, foram preenchidas vagas para a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) — órgãos de Estado que terão grande poder de influenciar a implementação das políticas públicas setoriais do próximo governo.

A chancelaria não ficou de fora. Em seu mais recente esforço concentrado, o Senado aprovou as indicações para as embaixadas da África do Sul, Costa Rica, Guatemala, Guiné Equatorial, Jordânia, Líbano, Mauritània, Sudão, Tanzânia, Tunísia e Vietnã. Postos importantes para a execução da política externa brasileira em relação à África, ao Oriente Médio e outros pontos estratégicos do planeta.

Em alguns casos, aliados de Lula no Congresso até tentaram adiar o avanço das sabatinas e apreciações de nomes indicados por Bolsonaro. Mas, ao concentrar os esforços nas articulações para a aprovação da proposta de emenda constitucional que abre espaço no Orçamento do 2022 que o novo Bolsa Família e demais despesas, o gabinete de transição não teve força política suficiente para barrar as nomeações. O máximo que conseguiu foi acertar com a cúpula do Senado que apenas postos de menor relevância diplomática fossem ocupados, à medida em que será aguardado o início do governo Lula para o preenchimento das embaixadas de Buenos Aires, Paris, Roma e Vaticano, entre outras.

Bolsonaro pode manter-se longe dos holofotes até o dia 31 de dezembro. É possível, inclusive, que saia oficialmente de férias para não precisar participar da cerimônia de posse de Lula. Mas será preciso acompanhar com atenção as indicações que fará até deixar de vez o Palácio do Planalto.



Lobbies atuam para viabilizar obras públicas, mas não há preocupação com investimentos. Por **Jerson Kelman**

Crescimento da economia x crescimento da dívida pública

Em "Elementos para uma Estratégia de Retomada do Crescimento Sustentável e Inclusão Social" (policy paper do CEBRI, coordenado pelo André Lara Resende) é dito que "se os investimentos públicos tiverem retorno de produtividade e bem-estar e se garantirem uma taxa de crescimento da economia superior ao custo da dívida, podem ser financiados pelo crédito público. Não há risco de levar a uma trajetória insustentável da relação dívida/PBB... Os investimentos voltados para o ganho de produtividade, dentro de um programa estratégico de longo prazo, devem ter tratamento fiscal próprio, independente das restrições impostas sobre os gastos correntes do Estado".

A tese foi debatida por integrantes do Grupo Durrahbando Muros. De um lado, esgrimiu-se o argumento de que gastos sociais e de infraestrutura têm alto efeito multiplicador de renda e impactos positivos sobre a arrecadação. E se o gasto for bem-feito, é possível ter uma melhora fiscal e crescimento. Desde, é claro, que o governo demonstre que sabe aumentar o gasto onde prioriza e cortar onde não prioriza.

Do outro lado, apresentou-se a evidência histórica de que a taxa de juros para financiamento do Tesouro tem sido significativamente superior ao crescimento da economia. Portanto, viabilizar investimentos por meio do crescimento da dívida pública desembocaria inexoravelmente numa crise fiscal.

Desse debate concluiu-se que aumentar a dívida pública para realizar investimentos só se justificaria se fosse possível baixar os juros pagos pelo Tesouro (ou melhorar significativamente a alocação dos recursos públicos. Sem ter a pretensão de dar resposta definitiva para essa questão, vamos tratar apenas da segunda alternativa.

Embora existam diversos lobbies atuando para viabilizar obras públicas na formulação de orçamentos das três esferas de governo, não há quem se preocupe em priorizar os investimentos — por exemplo, por meio da relação entre custo e benefício — tampouco em assegurar o correto funcionamento dessas instalações. Por isso,

humores governamentais. O interesse do prestador de serviço seria o de minimizar o custo de implantação e abreviar o prazo de entrega da infraestrutura necessária para a prestação do serviço. Não o de maximizar e atrair, como ocorre atualmente.

Pode parecer aos mais incrédulos que essa abordagem — pagar por resultados e não por promessas — seja boa ideia, mas desprovida de praticidade. Felizmente, é possível, sim, aumentar a eficácia do uso de recursos públicos por intermédio de corretos incentivos econômicos.

Por exemplo, a Agência Nacional de Águas e Saneamento (ANA) lançou em seu primeiro ano de funcionamento (2001) um projeto piloto para pagamento por esgoto tratado.

Não interessa qual o projeto de engenharia da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), quantos funcionários itam operação, se havia ou não licença ambiental, abastecimento ou autorização do Papa. Quando chegava a hora de mostrar resultados, o fiscal da ANA verificava apenas duas coisas: quanto estava em natura chegava à ETE e qual a quantidade de poluentes.

Se não chegasse suficiente esgoto — por exemplo, porque a rede de captação não ficou pronta — problema do prestador que ficava sem o subsídio. Deveria ter previsto o que de nada adianta uma estação de tratamento se não houver uma rede de captação da "matéria prima". Melhor para o Tesouro Nacional, para o qual retornava, sem possibilidade de recuperação, o pagamento glosado. Se o efluente apresentasse carga poluente acima da pactuada, pior para o prestador de serviço que deveria ter sido mais cuidadoso na seleção do processo de tratamento do efluente. E, novamente, melhor para o Tesouro Nacional.

Como o passador dos anos, o projeto piloto definiu porque, por objeto, não servia a quem ganha com a má alocação dos escassos recursos públicos. Mas o conceito veio a ser adotado na Estratégia de Desenvolvimento do Setor Privado do Banco Mundial (2002) com o nome de "Output Based Aid — OBA".

Jerson Kelman é engenheiro, ex-presidente da ANA e membro de Durrahbando Muros.

- Editor-geral**
Frederic Zoghbi Kachar
- Editor executivo**
João Roberto Campos
- Editor executivo**
Igor Caspary
- Editor executivo**
Catherine Vieira
- Editor executivo**
Fernando Torres
- Editor executivo**
Robson Borges
- Editor executivo**
Sergio Lamounier
- Editor executivo**
Zéia Barão
- Supervisor de Redação**
Francisco Gomes
- Supervisor de Redação**
Francisco Gomes
- Supervisor de Redação**
Adriana Mattos
- Supervisor de Redação**
Alex Ribeiro
- Supervisor de Redação**
Daniela Chiarini
- Supervisor de Redação**
Daniel Ribeiro
- Supervisor de Redação**
Julia Rosa

Valor PRO | Diretor de Negócios Digitais
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: valor.com.br/pro
Filiado ao IYC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP - Telefone 011 3767-3000
Departamento de Publicidade, Imprensa e O-Set SP: Telefone 011 3767-9959, RJ: 011 21.3521.1414, DF: 011 41.3727.3333
Legal SP 011 3767.1323
Redação 011 31.3767.1000. **Endereço eletrônico** valor@valor.com.br
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Portugal, 25 - Nível 2 - Bairro Cidade Nova - Rio de Janeiro/RJ - CEP 20230-240
Público-alvo Negócios
BAVE/PRV/PA Regula Norte
Cont. Cliente Comun. e
Assessoria
Tel/Fax: (21) 3043-2205
3204-5434/3204-5441
3334-1632/3204-3257
3235-4287/3239-4413
3335-4497/3333-4497

- Editor de S.A.**
Igor Caspary
- Editor de Carreiras**
Gisela Campos
- Editor de Cultura**
Helena Hida
- Editor de Legislação e Tribuna**
Arthur Carlos Rosa
- Editor de Arquivos**
Silvia Bortolotto
- Editora Valor Online**
Paola Cielo
- Editora Valor PRO**
Roberta Costa
- Coordenador Valor Data**
William Vilhote
- Editor de Projetos Especiais**
Cátia Rosenblum
- Editora de Finanças**
Tatiana Nogueira

Correspondente Internacional
Rafaela Moreira
- Correspondentes Locais**
Cláudia Biondo (Rio de Janeiro)
Mônica Fátima (Rio de Janeiro)
Marina Fátima (Rio de Janeiro)
- VALOR INVESTE**
Editora
Daniela Caribá
- PIPELINE**
Editora
Marina Luiza Filgueiras
- COLUNA DE ECONOMIA E POLÍTICA**
Colunista
Cristiane Barreto
- VALOR INTERNATIONAL**
Editor
Samuel Rodrigues

Preço de venda assinatura anual (Impressão em digital para as regiões Sul e Sudeste) R\$ 143,00 no R\$ 134,00 mensais. Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. Tel: 0800 703888. Carga Bruta aproximada 3,65%.

